



Concurso Público para Provimento de Vagas para Cargos Técnicos-Administrativos em Educação (TAE'S) do IFPE

EDITAL Nº 39/2025 - REI/IFPE

# TAE CONCURSO PÚBLICO

## TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO



## Caderno de Provas

**TAE  
216**

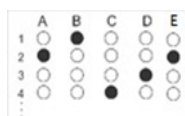
**TÉCNICO EM CONTABILIDADE**

Edital Nº 039/2025 – REI/IFPE

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

### INSTRUÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

- Use apenas caneta esferográfica de tinta na cor preta e fabricada em material transparente.
- Escreva a data, a sua assinatura e o seu número de inscrição no espaço indicado nesta capa.
- A prova terá duração máxima de 4 (quatro) horas, incluindo o tempo para responder a todas as questões do **Caderno de Provas** e preencher a **Folha de Respostas**.
- Antes de retirar-se definitivamente da sala, entregue a **Folha de Respostas** e o **Caderno de Provas** ao fiscal.
- Este **Caderno de Provas** contém 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, cada uma com 05 (cinco) alternativas, das quais apenas 01 (uma é correta).
- Se o **Caderno de Provas** contiver alguma imperfeição gráfica que impeça a leitura, comunique isso imediatamente ao Fiscal, para que seja efetuada de imediato a troca do Caderno.
- Cada questão de múltipla escolha apresenta apenas **uma** resposta correta. Para a marcação da alternativa escolhida na **Folha de Respostas**, pinte completamente o campo correspondente conforme a figura a seguir:



- Os rascunhos e as marcações feitas neste **Caderno de Provas** não serão considerados para efeito de avaliação.
- Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não é permitido solicitar esclarecimentos aos Fiscais.
- O preenchimento da **Folha de Respostas** é de sua inteira responsabilidade.
- A quantidade de questões objetivas e respectivas pontuações desta prova estão apresentadas a seguir:

Área de conhecimento da questão	Número de questões	Valor total Pontos
Língua Portuguesa	10 questões	10 pontos
Noções de Informática	05 questões	05 pontos
Legislação Aplicada	10 questões	20 pontos
Integridade	05 questões	05 pontos
Conhecimentos Específicos	20 questões	60 pontos
<b>PONTUAÇÃO TOTAL</b>		<b>100 pontos</b>

ASSINATURA DO CANDIDATO:

NÚMERO DE INSCRIÇÃO:

**LÍNGUA PORTUGUESA**

As questões de 01 a 10 referem-se ao texto a seguir.

**Além das leis, precisamos promover o desejo por bibliotecas**

*Leonardo Assis*

Nos últimos 30 anos, temos acompanhado a criação de leis relacionadas às bibliotecas públicas, passando pelas escolares e, mais recentemente, chegando àquelas previstas nos empreendimentos do programa Minha Casa, Minha Vida. Essas medidas buscam garantir espaços legítimos de existência e atuação para as bibliotecas. Esse crescimento do interesse pela instituição é fruto do trabalho de muitos profissionais que lutam para criar espaços de fruição da informação e, conseqüentemente, da cultura em nossa sociedade.

Iniciativas como essas são fundamentais. Elas expressam posicionamentos estratégicos para assegurar que a população tenha acesso a ambientes propícios ao desenvolvimento pleno do ser. Esses guerreiros, como gosto de chamá-los, são aqueles que compreenderam e valorizam o poder transformador das bibliotecas na vida em sociedade.

Neste momento, em que um mínimo legal foi e está sendo garantido, é necessário que a sociedade compreenda a importância das bibliotecas, ou melhor, da informação, para a sua vida, tanto no aspecto material quanto simbólico. Só esse espaço plural, onde diferentes discursos coexistem e o autoritarismo não encontra lugar, pode levar a sociedade à compreensão das desigualdades e à busca por uma prosperidade que, mesmo quando individual, tem reflexos coletivos.

O grande desafio atual, no processo de institucionalização das leis sobre bibliotecas, é tornar esses espaços relevantes e significativos para os contextos em que estão inseridos. E isso exige uma formação profissional na área de biblioteconomia e de estudos da informação que vá além da técnica e abrace o contexto social.

Apenas um olhar atento às comunidades atendidas poderá transformar essa realidade, fazendo com que leis e decretos deixem de ser apenas formalidades para se tornarem ações concretas. É assim que as bibliotecas, especialmente as públicas e escolares, podem assumir um papel protagonista em nossa sociedade.

Ao olharmos para a história da humanidade, da Mesopotâmia às redes de informação contemporâneas, percebemos que o desenvolvimento das nações sempre esteve ligado ao fortalecimento de suas instituições de informação. Esse ensinamento nos coloca diante de um momento ímpar. Se já temos leis que favorecem as bibliotecas, por que elas ainda não se tornaram plenamente efetivas?

A resposta, ainda que parcial, é clara: falta engajamento. A atuação profissional no campo das bibliotecas ainda é falha em muitos contextos. É preciso reduzir o tempo, aqui entendido como o tempo de formação, que o profissional leva para encarar o cenário real de sua prática. E essa formação não pode se restringir a métodos e formas; ela precisa instigar o desejo. Um desejo que seja coletivo, que nasça da comunidade, e não apenas da atuação isolada de um profissional diante de um acervo que, por si só, não tem valor.

Profissionais, é preciso buscar a instalação desse desejo por bibliotecas em nossas comunidades. E esse desejo vem a partir do momento em que a sociedade percebe que os ganhos, não apenas no sentido material, são muitos quando proporcionados por uma biblioteca.

Disponível em: <https://jornal.usp.br/>. Acesso em: 01 set. 2025.

1. De acordo com o texto,

- A) é preciso criar leis mais eficientes para melhorar o papel das bibliotecas.
- B) as leis criadas para as bibliotecas carecem de rigidez técnica.
- C) as bibliotecas tornaram-se reféns dos anseios das comunidades.
- D) é preciso mudar o comportamento social em relação às bibliotecas.
- E) as bibliotecas são relevantes tão somente no aspecto material da vida.

2. De forma global, o texto propõe-se a

- A) construir um posicionamento diante de uma verdade científica e, por isso, o tipo dominante é o expositivo.
- B) convocar os leitores a defenderem uma causa social relevante e, por isso, o tipo dominante é o injuntivo.
- C) construir uma imagem precisa do arcabouço legal em relação ao papel social das bibliotecas, e, por isso, o tipo dominante é o descritivo.
- D) relatar a situação de limitação dos aspectos legais no que se refere à valorização das bibliotecas, e, por isso, o tipo dominante é o narrativo.
- E) construir um posicionamento diante de algo que não é consensual e, por isso, o tipo dominante é o argumentativo.

3. Leia o excerto reproduzido a seguir.

É preciso reduzir o tempo, aqui entendido como o tempo de formação, que o profissional leva para encarar o cenário real de sua prática.

Sobre a pontuação do excerto, é correto afirmar:

- A) as duas vírgulas são justificáveis, pois delimitam uma oração adverbial intercalada.
- B) a retirada da primeira vírgula não compromete as relações sintático-semânticas do período.
- C) a retirada da segunda vírgula não compromete as relações sintático-semânticas do período.
- D) as duas vírgulas são justificáveis, pois delimitam um bloco de informação secundária.
- E) as duas vírgulas são justificáveis, pois indicam pausa respiratória em período extenso.

4. Leia o excerto a seguir.

[...] pode levar a sociedade à compreensão das desigualdades e à busca por uma prosperidade que, mesmo quando individual, tem reflexos coletivos.

Sobre questões relacionadas à regência, é correto afirmar:

- A) as duas ocorrências de uso do acento grave devem-se à regência de um mesmo nome
- B) as duas ocorrências de uso do acento grave devem-se à regência de um mesmo verbo.
- C) o primeiro “a” é uma preposição, devido à regência do nome.
- D) o primeiro “a” é uma preposição, devido à regência do verbo.
- E) o primeiro “a” é um artigo exigido pela regência do verbo.

5. A palavra em destaque autoriza o resgate de uma informação implícita em:

- A) “O grande desafio atual, no processo de institucionalização das leis sobre bibliotecas, é **tornar** esses espaços relevantes e significativos para os contextos em que estão inseridos”.
- B) “E esse desejo vem a partir do momento em que a sociedade **percebe** que os ganhos, não apenas no sentido material, são muitos quando proporcionados por uma biblioteca”.
- C) “Um desejo que seja coletivo, que nasça da comunidade, e não apenas da atuação isolada de um profissional diante de um acervo que, por si só, não **tem** valor”.
- D) “**É** assim que as bibliotecas, especialmente as públicas e escolares, podem assumir um papel protagonista em nossa sociedade”.
- E) “É preciso reduzir o tempo, aqui entendido como o tempo de formação, que o profissional **leva** para encarar o cenário real de sua prática”.

6. Analise o parágrafo a seguir.

**Ao olharmos para a história da humanidade**, da Mesopotâmia às redes de informação contemporâneas, percebemos **que o desenvolvimento das nações sempre esteve ligado ao fortalecimento de suas instituições de informação**. Esse ensinamento nos coloca diante de um momento ímpar. Se já temos leis **que favorecem as bibliotecas**, por que elas ainda não se tornaram plenamente efetivas?

Em relação às orações em destaque, é correto afirmar:

- A) as três orações exercem funções sintáticas idênticas.
- B) a primeira oração exerce função de advérbio, enquanto as últimas, função de adjetivo.
- C) a primeira oração exerce função de advérbio, enquanto as últimas, função de substantivo.
- D) as duas primeiras exercem função de substantivo, enquanto a última, função de adjetivo.
- E) as três orações exercem funções sintáticas distintas.

7. Analise o período a seguir.

Esse crescimento do interesse pela instituição é fruto do trabalho de muitos profissionais que lutam **para** criar espaços de fruição da informação e, conseqüentemente, da cultura em nossa sociedade.

A palavra em destaque é classificada como uma

- A) conjunção que introduz uma consequência.
- B) conjunção que introduz uma finalidade.
- C) preposição que introduz uma finalidade.
- D) preposição que introduz uma consequência.
- E) interjeição que introduz uma explicação.

8. Analise o parágrafo abaixo.

Neste momento, em **que[1]** um mínimo legal foi e está sendo garantido, é necessário que a sociedade compreenda a importância das bibliotecas, ou melhor, da informação, para a sua vida, tanto no aspecto material quanto simbólico. Só esse espaço plural, **onde[2]** diferentes discursos coexistem e o autoritarismo não encontra lugar, pode levar a sociedade à compreensão das desigualdades e à busca por uma prosperidade que, mesmo quando individual, tem reflexos coletivos.

Em relação aos termos em destaque, é correto afirmar:

- A) os dois são considerados pronomes demonstrativos que retomam um substantivo e exercem função de adjunto adnominal.
- B) os dois são considerados pronomes interrogativos que retomam uma locução adverbial e exercem função de sujeito.
- C) o primeiro pode ser substituído por “onde”, sem alteração sintático-semântica.
- D) o segundo pode ser substituído por “que”, sem alteração sintático-semântica.
- E) os dois são considerados pronomes relativos que retomam um substantivo e exercem função de adjunto adverbial.

9. Considerando a sua totalidade, o texto apresenta, de maneira
- A) dominante, a linguagem conotativa, inadequada ao gênero textual.
  - B) exclusiva, a linguagem denotativa, inadequada à sequência textual
  - C) exclusiva, a linguagem conotativa, adequada ao gênero textual.
  - D) dominante, a linguagem denotativa, adequada ao gênero textual.
  - E) exclusiva, a linguagem conotativa, adequada à sequência textual.
10. Considerando a coesão e a progressão discursiva, a interligação
- A) entre o segundo e o primeiro parágrafos do texto é feita por meio de um pronome, responsável pelo acréscimo de informações.
  - B) entre o segundo e o primeiro parágrafos do texto é feita por meio de uma elipse, responsável pela repetição de informações.
  - C) entre os períodos do segundo parágrafo do texto é feita, tão somente, por pronomes pessoais, responsáveis pelo acréscimo de informações.
  - D) entre os períodos do segundo parágrafo do texto é feita, tão somente, por pronomes demonstrativos, responsáveis pelo acréscimo de informações.
  - E) entre o segundo e o primeiro parágrafos do texto é feita por meio de um pronome, responsável pela repetição de informações.

## NOÇÕES DE INFORMÁTICA

11. João está preocupado em perder seus arquivos importantes no computador. Para garantir a segurança dos seus dados, João deve
- A) armazenar os arquivos e confiar que estarão sempre seguros sem a necessidade de cópias de segurança.
  - B) salvar arquivos importantes somente na pasta “Documentos”, pois isso garante a recuperação em caso de falha do sistema operacional.
  - C) ativar o antivírus, pois essa ação é suficiente para manter todos os arquivos preservados, e evitar a realização de *backups*.
  - D) efetuar cópias de segurança periódicas em dispositivos externos ou em serviços de nuvem.
  - E) guardar uma cópia de segurança na mesma partição, em diretórios distintos, pois garante o *backup* do arquivo.
12. Ao instalar novas máquinas nos laboratórios de informática do IFPE, o técnico de laboratório precisou instalar os aplicativos utilizados nas aulas. Durante o procedimento, percebeu também que havia programas que os alunos não iriam utilizar e que ocupavam espaço em disco. Para manter o sistema organizado e funcional, é preciso
- A) instalar programas de sites desconhecidos, pois, dessa forma, se acessa rapidamente a versões gratuitas de qualquer aplicativo.
  - B) remover programas desnecessários para as atividades desenvolvidas pelos alunos, utilizando as ferramentas próprias do sistema, liberando espaço e evitando sobrecarga desnecessária.
  - C) manter todos os programas que vieram pré-instalados no computador evita problemas em seu funcionamento.
  - D) alterar manualmente os arquivos de instalação de um programa, considerando que isso pode otimizar seu desempenho.
  - E) instalar versões diferentes de um mesmo programa, supondo que isso amplia as opções para os usuários, facilitando o desenvolvimento das atividades.

**EDITAL REI/IFPE nº 039, DE 12 DE AGOSTO DE 2025**

13. Uma ferramenta bastante utilizada para comunicação é o correio eletrônico, que pode ser alvo de tentativas de fraude ou disseminação de softwares maliciosos. Para aumentar a segurança no uso desse serviço, o usuário deve
- A) abrir anexos de qualquer remetente, pois os provedores de e-mail realizam verificações automáticas que garantem a ausência de vírus.
  - B) clicar em links dos e-mails que parecerem interessantes, considerando que o navegador bloqueia automaticamente páginas inseguras.
  - C) verificar o remetente e o conteúdo das mensagens antes de clicar e abrir os anexos.
  - D) responder mensagens suspeitas, solicitando mais informações ao remetente.
  - E) compartilhar sua senha de e-mail com colegas de confiança, pois esse procedimento facilita o acesso em situações emergenciais.
14. A geração de índices (sumários automáticos) depende diretamente da aplicação correta de estilos nos títulos e subtítulos. Após o usuário inserir o sumário, o documento passou por diversas alterações que modificaram tanto os títulos quanto a numeração das páginas. Sendo assim, para atualizá-lo, a forma mais eficiente é
- A) atualizar cada entrada do índice, digitando novamente os títulos e ajustando os números de página após as mudanças.
  - B) selecionar o sumário já inserido e utilizar a função de atualização, podendo optar por atualizar apenas a numeração de páginas ou todo o conteúdo.
  - C) remover o sumário e criar um a cada alteração, pois o processador de texto insere as informações atualizadas automaticamente.
  - D) alterar o formato de fonte dos títulos no texto e o programa reconhecerá automaticamente essas mudanças no sumário.
  - E) inserir marcadores nos títulos e essa formatação será automaticamente incorporada ao índice.
15. Um professor deseja calcular a média das notas de seus alunos em uma planilha eletrônica, mas algumas células da coluna de notas estão em branco porque nem todos realizaram todas as atividades. Para obter o resultado correto, sem que as células vazias prejudiquem o cálculo, deve-se
- A) aplicar a função = **MÉDIA(A1:A25)**, pois ela desconsidera automaticamente as células vazias no cálculo.
  - B) digitar manualmente as notas em branco como zero, garantindo que a média considere todos os alunos igualmente.
  - C) utilizar a fórmula = **SOMA(A1:A25) / 25**, dividindo pelo número total de alunos, mesmo que alguns não tenham nota registrada.
  - D) inserir a fórmula = **CONT.VALORES(A1:A25) / SOMA(A1:A25)**, visto que essa relação fornece a média das notas.
  - E) inserir traços (“-”) nas células vazias, fazendo com que a planilha reconheça o símbolo como indicação de ausência de valor.

**LEGISLAÇÃO APLICADA**

16. A natureza jurídica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco é denominada de

- A) fundação pública.
- B) órgão público.
- C) autarquia.
- D) sociedade de economia mista.
- E) associação.

17. Conforme dispõe a Lei nº 8.112/1990, constitui um dos deveres do servidor público,

- A) zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público.
- B) não se ausentar do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato.
- C) não manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil.
- D) promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto da repartição.
- E) poder retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição.

18. Leia o excerto abaixo.

“Os atos administrativos são revestidos de propriedades jurídicas especiais decorrentes da supremacia do interesse público sobre o privado. Nessas características, reside o traço distintivo fundamental entre os atos administrativos e as demais categorias de atos jurídicos, especialmente os atos privados. [...]”.

Fonte:(MAZZA, Alexandre. **Curso de Direito Administrativo**. 15. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025, p. 218).

Sendo assim, constitui atributo do ato administrativo

- A) Forma.
- B) Tipicidade.
- C) Competência.
- D) Motivo.
- E) Finalidade.

19. Em 2008, o Supremo Tribunal Federal (STF) publicou a Súmula Vinculante nº 13: “A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal”. O conteúdo normativo dessa súmula vinculante está relacionado diretamente com o princípio da

- A) Legalidade.
- B) Eficiência.
- C) Moralidade.
- D) Publicidade.
- E) Motivação.

20. Quanto à licitação e aos contratos administrativos, disciplinados no âmbito da Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar
- A) a previsão de meios alternativos de resolução de controvérsias como forma de solução de litígios em contratos administrativos não existe.
  - B) a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública terá prazo mínimo de 3 anos e máximo de 6 anos.
  - C) o processo de licitação observará as seguintes fases, em sequência: preparatória; de divulgação do edital de licitação; de habilitação; de apresentação de propostas e lances, quando for o caso; de julgamento; recursal; e de homologação.
  - D) a alienação de bens da Administração Pública, tratando-se de bens móveis, dependerá de licitação na modalidade diálogo competitivo.
  - E) a extinção do contrato poderá ser determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.
21. Quanto aos direitos e às vantagens do servidor público federal, conforme a Lei nº 8.112/1990,
- A) o servidor pode acumular os adicionais de insalubridade e de periculosidade.
  - B) a ajuda de custo deve ser concedida ao servidor que se afastar do cargo, ou reassumi-lo, em virtude de mandato eletivo.
  - C) as licenças para capacitação, adquiridas após cada quinquênio de efetivo exercício, se não gozadas, podem ser convertidas em pecúnia.
  - D) o adicional noturno deve ser remunerado com acréscimo de 25% sobre o valor-hora de trabalho.
  - E) o serviço extraordinário será remunerado com acréscimo de 100% em relação à hora normal de trabalho.
22. Nos termos da Constituição Federal de 1988, um dos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais é a,
- A) relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei ordinária, que preverá indenização compensatória, entre outros direitos.
  - B) remuneração do trabalho noturno superior à do diurno, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal.
  - C) jornada de 6 horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.
  - D) ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de 5 anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de 5 anos após a extinção do contrato de trabalho.
  - E) licença paternidade, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de 20 dias.
23. Quanto à Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), alterada substancialmente pela Lei nº 14.230/2021, pode-se afirmar, corretamente, que
- A) aplicam-se integralmente ao sistema da improbidade os princípios constitucionais do direito penal e do processo civil.
  - B) configura improbidade a ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, ainda que não pacificada.
  - C) cabe à pena de perda da função pública na improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública.
  - D) constitui ato de improbidade que causa prejuízo ao erário frustrar, em ofensa à imparcialidade, o caráter concorrencial de concurso público.
  - E) as disposições da lei de improbidade administrativa são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra dolosamente para a prática do ato de improbidade.

24. A Lei de Introdução às normas do Direito brasileiro foi alterada pela Lei nº 13.655/2018, sendo acrescentados diversos dispositivos referentes ao Direito Público. Tais disposições foram regulamentadas pelo Decreto nº 9.830/2019, o qual prescreve que
- A) a motivação da decisão conterà os seus fundamentos e apresentará a incongruência entre as normas e os fatos que a embasaram, de forma eloquente.
  - B) serão considerados na interpretação de normas sobre gestão pública, de forma prioritária em face dos princípios de direito administrativo os obstáculos, as dificuldades reais do agente público e as exigências das políticas públicas a seu cargo, com prejuízo dos direitos dos administrados.
  - C) o agente público somente poderá ser responsabilizado por suas decisões ou opiniões técnicas se agir ou se omitir com dolo, direto ou eventual, cometer erro grosseiro ou agir com culpa no desempenho de suas funções.
  - D) a motivação demonstrará a necessidade e a adequação da medida imposta, inclusive consideradas as possíveis alternativas e observados os critérios de adequação, proporcionalidade e razoabilidade.
  - E) a análise da regularidade da decisão poderá substituir a atribuição do agente público, dos órgãos ou das entidades da administração pública no exercício de suas atribuições e competências, principalmente quanto à definição de políticas públicas.
25. Por meio da Lei nº 14.210/2021, alterou-se a Lei de Processo Administrativo Federal, acrescentando disposições sobre decisão coordenada. De tal sorte, é correto afirmar que
- A) a decisão coordenada exclui a responsabilidade originária de cada órgão ou autoridade envolvida.
  - B) a decisão coordenada é aplicada em decisões administrativas que exijam a participação de dois ou mais setores, órgãos ou entidades.
  - C) a decisão coordenada não é aplicada aos processos administrativos relacionados ao poder sancionador.
  - D) a decisão coordenada é aplicada aos processos administrativos de licitação.
  - E) a decisão coordenada será consolidada em ata, sendo dispensável sua publicação por extrato no diário oficial da união.

## INTEGRIDADE

26. O Decreto nº 11.529/2023 define conceitos relacionados ao Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação. Com base na referida Norma, transparência passiva é a
- A) disponibilização de informações em atendimento a pedidos realizados pelos cidadãos à Administração Pública Federal.
  - B) publicação obrigatória de dados, pelos órgãos e entidades públicas, em portais de transparência, independentemente de pedidos.
  - C) prática de restringir e limitar o acesso a documentos e informações sigilosas por motivo de segurança.
  - D) divulgação proativa de informações públicas por meio dos diferentes instrumentos de prestação de contas da instituição.
  - E) exigência de que somente parlamentares possam solicitar informações dos órgãos e entidades públicas.

**EDITAL REI/IFPE nº 039, DE 12 DE AGOSTO DE 2025**

27. Cada órgão e entidade da Administração Pública Federal direta e indireta deve constituir uma Comissão de Ética, conforme o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto nº 1.171/1994). Entre as atribuições a seguir, assinale a que compete a esta Comissão.
- A) Assessorar as chefias imediatas no julgamento de condutas éticas e irregularidades administrativas.
  - B) Orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor, no trato com as pessoas e com o patrimônio público.
  - C) Aplicar penalidades disciplinares de advertência ou censura em casos de infração ética.
  - D) Avaliar o desempenho ético dos servidores e regulamentar as normas de progressão funcional.
  - E) Exercer poder correccional e instaurar processos administrativos disciplinares em razão de infrações éticas.
28. O Decreto Federal nº 12.122/2024 e a Portaria MGI nº 6.719/2024 integram uma política nacional voltada ao combate ao assédio e à discriminação na Administração Pública. Assinale a opção que melhor reflete a estratégia de governança pública adotada por esses normativos.
- A) O estabelecimento de mecanismos de prevenção, o fortalecimento dos canais de denúncia e a adoção de medidas educativas.
  - B) A substituição das ouvidorias públicas por comitês específicos de combate ao assédio e à discriminação.
  - C) A transferência integral da responsabilidade das chefias imediatas para as unidades de controle interno ou externo.
  - D) A criação de um regime disciplinar paralelo para tratar exclusivamente dos casos de assédio e discriminação.
  - E) A priorização da punição de servidores que praticarem assédio ou discriminação, em detrimento das medidas preventivas.
29. De acordo com o art. 18 do Decreto nº 9.203/2017, a auditoria interna governamental deverá agregar valor e melhorar as operações das organizações para o alcance de seus objetivos. Nesse sentido, a atuação da auditoria interna governamental ocorrerá
- A) por meio de uma abordagem sistemática e disciplinada, voltada a avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, dos controles e da governança.
  - B) pelo desenvolvimento de ações de consultoria e pela emissão de relatórios contábeis e financeiros com foco no controle de despesas públicas.
  - C) na verificação da legalidade e conformidade dos atos administrativos, bem como na elaboração do juízo de admissibilidade de processos correccionais.
  - D) de forma articulada e subordinada à alta gestão, aplicando testes financeiros e contábeis previamente definidos pelas unidades auditadas.
  - E) com foco na elaboração e gerenciamento dos controles internos e no monitoramento dos processos de gestão de riscos.
30. A gestão do IFPE aplicou um formulário aos estudantes com o objetivo de aperfeiçoar suas políticas públicas internas. Entre os dados solicitados estavam: nome, endereço, número do CPF, telefone de contato, convicção religiosa, orientação sexual e dados bancários. Nesse contexto, assinale as informações que são consideradas dados pessoais sensíveis nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).
- A) Número do CPF e telefone.
  - B) Número do CPF e dados bancários.
  - C) Convicção religiosa e orientação sexual.
  - D) Convicção religiosa e dados bancários.
  - E) Orientação sexual e número do CPF.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

31. No processo de escrituração contábil, uma determinada empresa em suas atividades cotidianas efetuou uma compra de mercadorias, sendo 40% a prazo e 60% à vista. A escrituração dessa compra de mercadorias representa um lançamento de
- A) 1ª fórmula.
  - B) 3ª fórmula.
  - C) 4ª fórmula.
  - D) 5ª fórmula.
  - E) 2ª fórmula.

32. Considerando a Lei 6.404/76, uma entidade apresentou seu balancete conforme a seguir:

**Quadro 1 - Balancete**

Contas	R\$
Caixa	2.000,00
Patrimônio Líquido	(5.000,00)
Fornecedor	7.000,00

Fonte: FUNCERN, 2025.

Nessa situação, considerando os saldos das contas apresentadas, a entidade se encontra em uma condição de

- A) situação líquida nula.
  - B) situação líquida positiva.
  - C) situação mista.
  - D) situação originária.
  - E) situação de passivo a descoberto.
33. De acordo com a Lei nº 6.404/76, o balanço patrimonial evidencia as contas patrimoniais do ativo, passivo e patrimônio líquido. Assinale a opção que apresenta as contas devidamente classificadas com os respectivos grupos.
- A) Ativo: caixa, contas a receber, imposto a recolher, investimento.
  - B) Ativo: caixa, contas a receber, imobilizado, intangível.
  - C) Passivo: fornecedores, depreciação acumulada, impostos a recuperar, salários a pagar.
  - D) Passivo: fornecedores, dividendos a pagar, adiantamento a pessoal, obrigações fiscais.
  - E) Patrimônio líquido: duplicatas descontadas, ações em tesouraria, prejuízos acumulados, reserva legal.
34. O Decreto-Lei 200/67 concebeu o orçamento-programa que conectou o planejamento ao orçamento público no Brasil. Dessa forma, quando uma instituição pública realiza seu planejamento contendo o orçamento-programa, esse orçamento-programa deverá apresentar:
- A) os objetivos, as metas, os custos dos programas propostos e as medidas de desempenho.
  - B) as receitas e as despesas com a apresentação de superávit financeiro.
  - C) as receitas e as despesas com a apresentação de resultado orçamentário nulo.
  - D) as diretrizes e os custos das atividades.
  - E) as receitas e os créditos suplementares abertos.

**EDITAL REI/IFPE nº 039, DE 12 DE AGOSTO DE 2025**

35. Uma empresa adquiriu um veículo em 01/09/2025 por R\$ 90.000,00, tendo sua vida útil estimada em 5 anos. Sabendo que a empresa utiliza o método de depreciação de quotas constantes e que não há valor residual, o profissional de contabilidade deverá ter lançado, ao final de dezembro de 2025, na conta de depreciação acumulada, o valor de
- A) R\$ 1.500,00.
  - B) R\$ 6.000,00.
  - C) R\$ 18.000,00.
  - D) R\$ 12.000,00.
  - E) R\$ 4.5000,00.
36. Analise os lançamentos contábeis abaixo, considerando as inúmeras movimentações cotidianas de uma empresa, e identifique aqueles lançamentos contábeis que representam fatos permutativos:
- A) **D-** Despesa com energia elétrica  
**C-** Caixa
  - B) **D-** Custo da mercadoria vendida  
**C-** Estoque
  - C) **D-** Estoque  
**C-** Caixa
  - D) **D-** Caixa  
**C-** Receita com vendas de mercadorias
  - E) **D -** Contas a Receber  
**C-** Receita com prestação de serviços
37. Sabendo que as empresas estão sob a regência dos princípios contábeis e que esses são aplicáveis à elaboração das demonstrações contábeis, é correto afirmar que:
- A) o princípio da continuidade permite abrir uma empresa com uma data de encerramento prevista.
  - B) o princípio da atualização monetária ainda encontra-se em vigor, sendo obrigatório o seu uso quando ocorrer grandes oscilações da inflação.
  - C) o princípio da entidade separa o patrimônio da entidade do patrimônio de seus sócios ou proprietários.
  - D) o princípio da competência registra as receitas no momento do recebimento.
  - E) o princípio da prudência orienta o reconhecimento antecipado de lucros futuros.
38. Um determinado município brasileiro enfrentou fortes chuvas que destruíram parte da cidade, trazendo inúmeros impactos sociais e econômicos para o município. O prefeito da cidade decretou calamidade pública e elaborou um plano de ação para o enfrentamento desses impactos no município. Entretanto, não há recursos suficientes na Lei Orçamentária Anual (LOA) aprovada e nem despesas fixadas para as ações necessárias. Dessa forma, por se tratar de uma situação imprevisível e urgente, e visando à execução das despesas necessárias ao enfrentamento desses impactos, o prefeito deverá solicitar abertura de crédito
- A) suplementar.
  - B) especial.
  - C) ordinário.
  - D) derivado.
  - E) extraordinário.

**CONCURSO PÚBLICO – TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO  
DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO/2025**

---

**EDITAL REI/IFPE nº 039, DE 12 DE AGOSTO DE 2025**

39. No que se refere aos empenhos da despesa pública, aquele cuja utilização possui valor fixo previamente determinado e em que o pagamento deve ocorrer de uma só vez é classificado como
- A) estimativo.
  - B) ordinário.
  - C) derivado.
  - D) global.
  - E) extraordinário.
40. Considerando a Constituição Federal de 1988, em seus dispositivos que tratam do Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias(LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), é correto afirmar que
- A) o PPA estabelecerá, de forma nacional, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e demais delas decorrentes, bem como para as relativas aos programas de duração continuada.
  - B) a LDO compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, excluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da LOA , disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento
  - C) a LOA poderá conter dispositivos estranhos à previsão da receita e à fixação da despesa.
  - D) é vedada a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.
  - E) é de iniciativa do poder legislativo a elaboração da LOA.
41. De acordo com as leis societárias e os pronunciamentos contábeis, as entidades deverão apresentar à sociedade seus demonstrativos contábeis. Nesse sentido, sobre o Balanço Patrimonial, é correto afirmar que
- A) apresenta as receitas previstas e as despesas fixadas do exercício.
  - B) a conta despesas antecipadas é classificada no passivo circulante.
  - C) o Patrimônio Líquido representa os direitos a receber da entidade.
  - D) sua estrutura está prevista na Lei nº 6.404/76 e separa o ativo e passivo em circulante e não circulante.
  - E) as contas do ativo são classificadas por exigibilidade e o passivo por liquidez.
42. A administração pública brasileira utiliza alguns sistemas em seu cotidiano, entre eles o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI). Em relação ao SIAFI, é correto afirmar que
- A) representa o principal instrumento utilizado para registro, acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil do Governo Federal, sendo utilizado por todos os órgãos da administração pública direta federal, das autarquias, fundações e empresas públicas federais e das sociedades de economia mista que estiverem contempladas no Orçamento Fiscal e/ou no Orçamento da Seguridade Social da União.
  - B) representa o principal instrumento utilizado para registro, acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil do Governo Federal, sendo utilizado por todos os órgãos da administração pública direta federal, exceto as autarquias, fundações e empresas públicas federais.
  - C) representa o principal instrumento utilizado para registro, acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil do Governo Federal, apenas na administração pública direta.
  - D) é utilizado pelas entidades públicas federais, estaduais e municipais apenas para receber, pela Conta Única do Governo Federal, suas receitas (taxas de água, energia elétrica, telefone, etc) dos órgãos que utilizam o sistema. As entidades de caráter privado não podem utilizar o SIAFI em nenhuma circunstância.
  - E) representa o principal instrumento utilizado para registro, acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil do Governo Federal, apenas na administração pública indireta

43. A administração pública, em seu funcionamento, firma alguns contratos administrativos com um particular. O contrato administrativo contempla algumas situações, entre elas a repactuação e o reajuste. Sobre repactuações e reajustes, é correto afirmar que
- A) a repactuação e reajuste podem ser aplicados a qualquer momento, desde que previstos no edital e em cláusula contratual.
  - B) a repactuação é uma espécie de reajuste utilizada apenas quando se trata de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra e ocorre por meio da análise das variações dos componentes na planilha de custos e formação de preços, como acordos, convenções coletivas ou dissídios coletivos aos quais a proposta esteja vinculada.
  - C) o reajuste é utilizado para reparar os efeitos da desvalorização da moeda (inflação), podendo ocorrer pela aplicação de índices previamente estabelecidos no edital e no contrato, no caso de obra, fornecimento de bens e prestação de serviços com a dedicação exclusiva de mão de obra.
  - D) a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, seja por meio da repactuação ou do reajuste, é direito apenas da administração pública.
  - E) a repactuação dos valores deve ser realizada mediante solicitação da contratante, devendo ser apresentada a planilha de custos e formação de preços com a demonstração analítica da variação dos custos, ou o novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.
44. Para facilitar a comunicação e a sistematização das informações, o Governo Federal implementou novos sistemas digitais, entre eles o eSocial. Com relação ao eSocial, é correto afirmar que
- A) é um sistema no qual os empregadores comunicam ao Governo, de forma unificada, as informações relativas aos trabalhadores, como vínculos, contribuições previdenciárias, folha de pagamento, comunicações de acidente de trabalho, aviso prévio, exceto as relativas às escriturações fiscais e informações sobre o FGTS.
  - B) é um sistema no qual os empregadores comunicam ao Governo, de forma unificada, apenas sobre admissão e demissão de funcionários.
  - C) é um sistema que, por registrar todas as comunicações com o Governo, substitui todos os livros fiscais e contábeis das empresas.
  - D) é um sistema de comunicação voltado apenas para empresas que possuem mais de 100 empregados.
  - E) é um sistema no qual os empregadores comunicam ao Governo, de forma unificada, as informações relativas aos trabalhadores, como vínculos, contribuições previdenciárias, folha de pagamento, comunicações de acidente de trabalho, aviso prévio, escriturações fiscais e informações sobre o FGTS.
45. A Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais EFD-Reinf é um dos módulos do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, que tem como objeto
- A) a escrituração de rendimentos pagos e retenções de Imposto de Renda, Contribuição Social do contribuinte, incluindo aquelas relacionadas ao trabalho, e informações sobre a receita bruta para a apuração das contribuições previdenciárias substituídas.
  - B) uma escrituração digital destinada exclusivamente ao registro de notas fiscais de serviços tomados por Microempreendedores Individuais (MEI).
  - C) a escrituração de rendimentos pagos e retenções de Imposto de Renda, Contribuição Social do contribuinte, exceto aquelas relacionadas ao trabalho, e informações sobre a receita bruta para a apuração das contribuições previdenciárias substituídas.
  - D) o envio de informações da folha de pagamento, substituindo o eSocial
  - E) ser um módulo da DCTFWeb utilizado pelas empresas do Simples Nacional.

**CONCURSO PÚBLICO – TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO  
DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO/2025**

**EDITAL REI/IFPE nº 039, DE 12 DE AGOSTO DE 2025**

46. A Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTFWeb) foi desenvolvida com o objetivo de modernizar o cumprimento das obrigações tributárias, minimizando ocorrências de erros e aumentando a segurança na prestação das informações. Nesse sentido, é correto afirmar que.
- A) A DCTFWeb, por ser uma obrigação acessória, consolida débitos apurados no eSocial e EFD-REINF para geração de guias de pagamento do FGTS e INSS.
  - B) No módulo DCTFWeb, o contribuinte possui a opção do parcelamento automático de débitos previdenciários a partir da entrega da escrituração.
  - C) Caso ocorra a identificação de erro no valor dos débitos apurados na DCTFWeb, o contribuinte deverá retornar à escrituração (eSocial ou EFD-Reinf) e efetuar os ajustes necessários.
  - D) A DCTFWeb substitui a DIRF na declaração de rendimentos pagos e impostos retidos na fonte.
  - E) A DCTFWeb é utilizada exclusivamente por órgãos públicos e entidades do terceiro setor.

**Observe as informações a seguir referentes a um balancete de um ente público e responda às questões 47 e 48**

**Quadro 2 - Balancete público**

Informações	R\$
Receitas Correntes previstas	3.000,00
Receitas de capital previstas	2.000,00
Despesas correntes fixadas	2.750,00
Despesas de capital fixadas	2.250,00
Abertura de créditos suplementares (despesa de corrente ) por superávit financeiro	350,00
Abertura de créditos extraordinários (despesa de capital)	50,00
Receitas correntes realizadas	2.875,00
Receitas de capital realizadas	1.700,00
Despesas correntes empenhadas (autorizadas pela LOA)	2.800,00
Despesas de capital empenhadas (autorizadas pela LOA)	2.100,00
Despesas correntes empenhadas (autorizadas pelo crédito suplementar)	200,00
Despesas de capital empenhadas (autorizadas pelo crédito extraordinário)	40,00

Fonte: FUNCERN, 2025.

47. Considerando o quadro 2 apresentado com as informações do balancete de um ente público, o Resultado da Execução Orçamentária corresponde a um
- A) déficit de R\$ 165,00.
  - B) déficit de R\$ 315,00.
  - C) superávit de R\$ 75,00.
  - D) déficit de R\$565,00.
  - E) déficit de R\$ 325,00.

**CONCURSO PÚBLICO – TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO  
DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO/2025**

**EDITAL REI/IFPE nº 039, DE 12 DE AGOSTO DE 2025**

48. Considerando o quadro 2 apresentado com as informações do balancete de um ente público, o Resultado Orçamentário de Capital da execução será um

- A) déficit de R\$ 440,00.
- B) déficit de R\$ 350,00.
- C) déficit de R\$ 400,00.
- D) déficit de R\$ 390,00.
- E) déficit de R\$ 450,00.

49. Um ente público no exercício 20X5 contabilizou as contas a seguir:

**Quadro 3 - Informações do ente público**

Informações	R\$
Receita de serviços	5.000,00
Receita tributária	8.000,00
Alienação de bens	15.000,00
Amortização de empréstimos	3.000,00
Transferência corrente	2.000,00
Transferência de capital	1.000,00

Fonte: FUNCERN, 2025.

Considerando os lançamentos realizados no exercício 20X5, o total das receitas de capital corresponde a

- A) R\$ 24.000,00.
- B) R\$ 15.000,00.
- C) R\$ 19.000,00.
- D) R\$ 20.000,00.
- E) R\$ 21.000,00.

50. Com base na legislação orçamentária e na Lei nº 4.320/64, assinale a alternativa que corresponde a Restos a Pagar.

- A) São despesas empenhadas, mas não pagas até o final do exercício, podendo ser processadas ou não processadas.
- B) Os Restos a Pagar não integram a Dívida Flutuante, pois se referem a débitos de longo prazo.
- C) Os Restos a Pagar não processados referem-se a despesas liquidadas, porém não empenhadas.
- D) A inscrição em Restos a Pagar pode ocorrer mesmo sem disponibilidade orçamentária.
- E) Os Restos a Pagar processados devem ser cancelados automaticamente no início do exercício seguinte.

